PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO - 2024

1. Considerações iniciais

O Plano Anual de Capacitação de Auditoria Interna 2024 (PAC-AUD 2024) surge da necessidade de organizar as ações voltadas ao aperfeiçoamento e desenvolvimento das capacidades técnicas dos servidores que estão lotados na Secretaria de Auditoria Interna do TJMG.

Conforme o item 1210[1], das Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna, a proficiência se refere ao conjunto de conhecimentos, habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades individuais. A atividade de auditoria interna deve possuir, ou obter, coletivamente o conhecimento, as habilidades e outras competências necessárias ao desempenho de suas responsabilidades.

A Resolução CNJ nº 309/2020, no artigo 21, III, replica a previsão das normas internacionais e prevê que servidores que estiverem lotados na unidade de auditoria interna devem executar os trabalhos com proficiência e zelo profissional.

Neste contexto de necessidade de desenvolvimento profissional contínuo, a Resolução CNJ nº 309/2020 determina a elaboração de Plano de Capacitação que possibilite desenvolver competências técnicas e gerenciais necessárias à formação de auditor.

2. Objetivos

- Desenvolver e aperfeiçoar as competências técnicas, dos servidores lotados na Secretaria de Auditoria Interna, necessárias para a realização das atividades de avaliação e consultoria;

- Qualificar a equipe para desenvolver auditorias em conformidade com as normas de auditoria do CNJ, do TJMG e com os demais padrões estabelecidos em normas específicas de auditoria governamental;

- Minimizar as lacunas de competência a fim de alcançar proficiência no desempenho das funções de auditoria;

[1] Disponível em https://auditoria.mpu.mp.br/pgmq/normas_internacionais_para_a_pratica_de_auditoria_interna.pdf

- Possibilitar a melhoria contínua da atividade de auditoria, seguindo as melhores práticas.

3. Ações de capacitação

As ações de capacitação foram propostas com base nas lacunas de conhecimento identificadas e a partir dos temas das auditorias previstas no PAA. Para além de lacunas de conhecimento, também se considera as ações de capacitação que têm por finalidade atualizações em temas de conhecimento e experiência e áreas de atuação dos servidores do setor.

Objetivou-se a realização de cursos por meio de plataformas on-line das Escolas de Governo e de eventuais webinários ou seminários gratuitos. Eventuais demandas que não possam ser atendidas dessa forma serão objeto de tratativas com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF.

Para além das ações previstas neste Plano, serão aproveitadas as oportunidades de cursos divulgados pela EJEF, que tenham aplicabilidade nas ações laborais do setor.

4. Lista de capacitações previstas.

Ação de capacitação	Nº de servidores	Carga horária	Modalidade	Investimento
Contabilidade com foco na gestão da informação contábil	1	20h	EAD	Sem custos
Acessibilidade em espaços de uso público no Brasil	1	20h	EAD	Sem custos
Acessibilidade em espaços edificados de uso público	1	30h	EAD	Sem custos
Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno (se realizado pelo CNJ)	4	16h	EAD ou presencial	Com ou sem custos
Atualização em gestão	1	40h	EAD ou	Sem custos

de riscos			presencial	
ChatGPT	1	1h	EAD	Sem custos
Cursos com a temática de LGPD	3	3h	EAD	Sem custos
Fundamentos de Transferências Voluntárias	2	35h	EAD	Sem custos
Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC – 20h	1	20h	EAD	Sem custos
Introdução à Gestão de Processos – 25h	1	25h	EAD	Sem custos
Marco Legal das Startups - Contratando Inovação no Setor Público – 25h	2	25h	EAD	Sem custos
Princípios do Design Thinking e Inovação em Governo – 10h	1	10h	EAD	Sem custos
Redação de textos	2	40h	EAD	Sem custos
Curso de Modelo de Capacidade de Auditoria Interna.	2	20h	EAD ou presencial	Com ou sem custos

Pós-Graduação Direito Público	2	360h	EAD	Custeada pelos servidores

Maria Cristina Monteiro Ribeiro Cheib
Auditora